

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.484.229 - SP (2019/0100900-7)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : BISCOMAC PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
ADVOGADOS : MAURO SÉRGIO RODRIGUES - SP111643
GISELE CRISTINA CORRÊA - SP164702
ANDRÉIA AGUIAR PARANAGUÁ E OUTRO(S) - SP381889
AGRAVADO : BANCO BOAVISTA INTERATLÂNTICO S/A
ADVOGADOS : FABIO ANDRE FADIGA - SP139961
EVANDRO MARDULA - SP258368
VANESSA DE OLIVEIRA BRAGA E OUTRO(S) - SP266877
RICARDO AUGUSTO KAZUO OKUDA - SP368350

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO PELA QUAL FORAM INDEFERIDOS BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE REQUERIDOS PELA AGRAVANTE. GRATUIDADE A PESSOA JURÍDICA. NECESSÁRIA DEMONSTRAÇÃO DA INCAPACIDADE FINANCEIRA. REVISÃO DESTE ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por BISCOMAC PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, aviado pela alínea "a", e, "c", do art. 105, III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em suas razões, a parte recorrente infirmou especificamente as razões da decisão agravada (e-STJ fls. 752/766).

No recurso especial, a recorrente alega ofensa aos artigos 3º, 98, 9, 489, § 1º, incisos III, IV, e, 1.003, § 5º, do Código de Processo Civil/2015, além de divergência jurisprudencial.

Defende, em síntese, que teria juntado documentos aos autos que comprovariam que a recorrente faz *jus* ao deferimento da justiça gratuita, e/ou, diferimento do pagamento das custas judiciais ao final do processo e/ou

Superior Tribunal de Justiça

compensar o valor devido com créditos de ICMS do Governo do Estado de São Paulo.

Pede o provimento do recurso.

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual *"aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Com efeito, em relação à suposta violação aos artigos tidos por violados, o Tribunal de origem asseverou que:

"O inconformismo como noticiado pela agravante não está a merecer acolhida por parte desta Turma Julgadora, uma vez que os limites definidos quando da prolação da R. Decisão recorrida se mostraram plenamente adequados ao conjunto probatório como vem encartados ao todo processado.

De fato, e considerando a realidade dos autos, no que o concerne ao pedido de concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, imperativo firmar entendimento no sentido de que, por força da norma contida no art. 99, §3º, do novel Código de Ritos, a desacreditada 'Declaração de Pobreza', passou a contar com nova e restaurada presunção de veracidade, cujo conteúdo deverá ser elidido pela parte contrária, nos exatos termos em que definido pelo o art. 100, do novo CPC, isto quando firmada por pessoa física. No entanto, no que o diz respeito às pessoas jurídicas, conforme se percebe da leitura do próprio art. 99, §3º, do diploma legal em questão, tal presunção de veracidade inexistente, se constituindo em real ônus da parte comprovar cabalmente que faz jus ao benefício por por ela pleiteado.

Importante lembrar ainda do que dispõe o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal de 1988, sobre o tema, sendo fato que tal dispositivo assegura a assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem que não contam com recursos financeiros que lhes permitam, ao mesmo tempo, subsistir e

Superior Tribunal de Justiça

demandar.

Dos termos dos mencionados dispositivos legais e constitucionais, com facilidade se verifica a presença de exigência de comprovação de insuficiência de recursos para as pessoas não-naturais que pugnam pelo benefício da justiça gratuita, sendo que, pelo que consta dos autos, a recorrente, enquanto pessoa jurídica, não juntou documentos que o comprovassem sua atual situação financeira supostamente precária, não se mostrando suficiente para tanto os documentos de fls. 57/121, na medida em que não dão conta da inexistência de faturamento, tampouco da alegada incapacidade financeira, motivo pelo qual o pedido não merece acolhida, porque os deduzido ao desamparo de provas que lhe pudessem dar sustentação, como bem destacado pelo Juízo.

Superadas tais questões, e no que tange ao pedido alternativo, seja buscando o diferimento do recolhimento das custas, seja de compensação do valor devido com crédito que a recorrente ostenta perante a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, é fato que não devem ser conhecidos, uma vez que o Juízo não apreciou tais questões, de modo que sua apreciação, e nesse exato momento, agora diretamente pelo 2º Grau, implicaria em supressão de Jurisdição, o que se mostra totalmente indevido.

Assim, não deve prosperar o inconformismo exteriorizado aN pela agravante, o que implica na manutenção da R. Decisão atacada, o que se dá nos exatos limites em que proferida" (e-STJ Fls. 687/688).

Assim, elidir as conclusões do aresto impugnado demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

Cumprido asseverar que, referido óbice aplica-se ao recurso especial interposto por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Advirta-se que a apresentação de incidentes manifestamente infundados ou protelatórios será reputada litigância de má-fé.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

